

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35300490215

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 07 de novembro de 2024. 1. Data, hora e local: na sede da **Ewally Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Angélica, nº 2.529, 8º andar, CEP 01227-200, São Paulo, SP, às 9h da dia 07 de novembro de 2024. **2. Presença:** com presença do acionista **CCCI IP Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Tucuruí, nº 125, Bloco C, Térreo, Sala C-001, Tamboré, Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.646.469/0001-78 ("CCCI IP"), representando aproximadamente 92% (noventa e dois por cento) do capital social da Companhia. **3. Convocação:** devidamente convocada, mediante notificação enviada aos acionistas por e-mail e mediante entrega por via física ao endereço indicado no acordo de acionistas, na forma prevista no Art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado ("Acordo de Acionistas"), e, ainda, na forma do Art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme edital de convocação publicado: (i) no Diário Oficial de São Paulo, nas edições dos dias 30 e 31 de outubro de 2024, e 1º de novembro de 2024, nas páginas 3, 2 e 3, respectivamente; (ii) no Jornal "Data Mercantil", na versão impressa, nas edições dos dias 30 e 31 de outubro de 2024, e 1º de novembro de 2024, nas páginas 6, 7 e 5, respectivamente; (iii) no Jornal "Data Mercantil", na versão digital, nas edições dos dias 30 e 31 de outubro de 2024, e 1º de novembro de 2024, nas páginas 3, 4 e 3, respectivamente, tendo sido facultada também participação remota por meio de envio de link via *Google Meets*. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Samuel John James; Secretária: Sra. Thais Cristina Tendolini e Silva. **5. Ordem do dia:** deliberar sobre (i) extinção do Conselho de Administração da Companhia, com consequente reforma do Estatuto Social da Companhia para (a) alterar o Artigo 10 a fim de prever que a Companhia será administrada por uma Diretoria, (b) excluir os Artigos 11 a 13, (c) alterar os seguintes artigos: Art. 2º, Art. 27, itens "c", "g", "h", "i", Art. 28, caput e § 3º, Art. 29, § único, item "c", fim de substituir menções ao Conselho de Administração pela Diretoria, (d) alterar o Art. 7º, caput e § 1º, de modo que o aumento de capital estará sujeito à aprovação da assembleia geral, (e) alterar o Art. 8º, § Primeiro, para excluir menções ao presidente do Conselho de Administração; e (f) alterar os Artigos 9º e 31, a fim de excluir menções ao Conselho de Administração; (ii) alterar o Art. 14 do Estatuto Social da Companhia, a fim de prever que a Diretoria será composta por 2 (dois) e 5 (cinco) membros; (iii) proposição da ação de responsabilidade em face do Sr. André Cunha pelos atos praticados na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, e de acionista controlador, nos termos do Art. 159 e Art. 246 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) refletir a nova redação do Art. 5º no Estatuto Social consolidado, alterado em virtude do aumento de capital no montante de R\$ 372.399.792,57, aprovado na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 11 de outubro de 2024. **6. Deliberações:** Tendo em vista a ausência do acionista Sr. André Cunha, o acionista CCCI IP propôs e a mesa aceitou retirar de pauta os itens (i) e (ii) da ordem do dia. Em seguida, foi colocado em votação o item (iii) constante da ordem do dia, conforme abaixo: O representante do acionista CCCI IP detalhou os diversos atos irregulares praticados pelo Sr. André Cunha, na condição de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, e de acionista controlador, que fundamentam a proposição da ação de responsabilidade nos termos do Art. 159 e Art. 246 da Lei das Sociedades por Ações. O CCCI IP aprova a proposição da ação de responsabilidade em face do Sr. André Cunha pelos atos praticados na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, e de acionista controlador, nos termos do Art. 159 e Art. 246 da Lei das Sociedades por Ações, estando os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários para a proposição da ação. Tendo sido colocado em votação o item (iv) constante da ordem do dia, o acionista presente delibera o disposto abaixo: O acionista presente aprova a alteração do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a nova redação do Art. 5º, alterado em virtude do aumento de capital no montante de R\$ 372.399.792,57, aprovado na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 11 de outubro de 2024. O Art. 5º passa a vigor com a seguinte redação: "Art. 5º O capital social da Companhia é de R\$ 52.239.825,33 (cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos) dividido em 8.137.094 (oito milhões, cento e trinta e sete mil, trezentos e noventa e quatro) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e parcialmente integralizado". Tendo em vista as deliberações acima, o Estatuto Social consolidado passa a vigor com a redação prevista no Anexo I desta ata. **7. Lavratura e encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do Art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, e encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Mesa: Samuel John James (Presidente da Mesa) e Thais Cristina Tendolini e Silva (Secretária da Mesa). **Acionista presente:** CCCI IP Participações Ltda. São Paulo/SP, 07 de novembro de 2024. Mesa: Samuel John James - **Presidente**; Thais Cristina Tendolini e Silva - **Secretária**. **Acionista: CCCI IP Participações Ltda.**, Nome: Samuel John James Cargo: Procurador; Nome: Thais Cristina Tendolini e Silva Cargo: Procuradora. **Estatuto Social. 1 - Nome, Sede, Duração e Objeto Social. Art. 1º.** - A Companhia tem a denominação de **Ewally Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia"), e é uma sociedade por ações que se regerá pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela Lei Federal nº 6.404/1976, conforme alterada ("LSA"). **Art. 2º.** - A Companhia tem sede na Avenida Angélica, nº 2.529, 8º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01227-200, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, extinguir, filiais, escritórios, depósitos e dependências de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior. **Art. 3º.** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Art. 4º.** - A Companhia tem por objeto social ("Negócios"): I. Desenvolvimento, administração e gestão de contas de pagamento e de programas de cartões de convênios, cartões de crédito, cartões de débito, cartões pré-pagos e de pagamentos com meios eletrônicos, incluindo, mas não se limitando, a emissão de instrumento de pagamento; II. A prestação de serviços de processamento de dados; III. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; IV. Atividade de consultoria empresarial; V. Participação em outras sociedades; VI. Desenvolvimento, administração e gestão de arranjos de pagamentos, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a transação de serviços de pagamento ao público; VII. Intermediação de convênios regulados pelo sistema PAG - Programa de Alimentação do Trabalhador; VIII. Prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar, a receber e aceitação de depósitos (ou créditos) dos usuários; IX. Administração de recebíveis provenientes das transações realizadas pelos usuários; X. Gestão de pagamentos e recebimentos por conta em ordem de terceiros; XI. Prestação de serviços de autorizações de transações realizadas pelos usuários; XII. Aquisição de direitos creditórios de outrem; e VIII. Iniciador do Pagamento. **II - Capital Social e Ações. Art. 5º.** - O capital social da Companhia é de R\$ 52.239.825,33 (cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos) dividido em 8.137.094 (oito milhões, cento e trinta e sete mil, trezentos e noventa e quatro) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e parcialmente integralizado. **Art. 6º.** - Cada Ação Ordinária conferirá ao seu titular o direito a (i) um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, além dos demais direitos previstos neste Estatuto, no Acordo de Acionistas, e na LSA. **Art. 7º.** - As Ações Preferenciais classe A não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, mas terão prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, com antecedência sobre as demais espécies e classes de Ações da Companhia, até o limite do preço de emissão de cada Ação Preferencial Classe A, além dos demais direitos previstos no Acordo de Acionistas. **Art. 8º.** - A propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de registro de ações nominativas. **Art. 9º.** - As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para cada ação, sendo que em se tratando de ações ordinárias dará a seu titular direito a um voto por ação ordinária nas deliberações da assembleia geral. **Art. 10º.** - Mediante deliberação da assembleia geral, poderão ser criadas novas classes de ações. **Art. 11º.** - Na ocasião de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção da sua respectiva participação no capital social, observadas as disposições do Art. 171 da LSA. **Art. 12º.** - As transferências de ações e/ou de direito de subscrição de novas ações a acionistas ou a terceiros, bem como a oneração de ações da Companhia deverão observar as disposições do acordo de acionistas celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditamentos, arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"). **Art. 13º.** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do Art. 168 da LSA, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até o limite de 50.206 (cinquenta mil, duzentas e seis) novas Ações Preferenciais Classe A, observado o limite legal estabelecido para cada espécie de ação. **Art. 14º.** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de Ações Preferenciais Classe A, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, com prioridade de subscrição a subscrição com integralização em bens. **Art. 15º.** - A Companhia poderá emitir Ações Preferenciais Classe A, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados, funcionários e prestadores de serviços da Companhia, nos termos da LSA. **Art. 16º.** - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **III - Assembleia Geral Extraordinária. Art. 17º.** - A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto e/ou a legislação aplicável assim exigirem, mediante convocação na forma a seguir prevista, observados, em qualquer caso, os procedimentos legais aplicáveis. **Art. 18º.** - As assembleias gerais poderão ser convocadas a qualquer momento pelo presidente do Conselho de Administração, pelo CEO, por sua própria iniciativa ou mediante solicitação por escrito de qualquer acionista ou, ainda, de outro modo, conforme previsto pela LSA. A omissão do presidente do Conselho de Administração ou do CEO em convocar qualquer assembleia geral solicitada por qualquer acionista, nos termos do Art. 18º, não impedirá a convocação da assembleia geral por qualquer acionista, desde que esse acionista convoque a assembleia em questão. **Art. 19º.** - Observando-se o disposto na LSA, as notificações de convocação deverão ser entregues a cada acionista nos termos do Acordo de Acionistas, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência à data da assembleia geral. As notificações de convocação também deverão conter informações sobre o local, a data e o horário no qual a assembleia geral pertinente será realizada e a pauta da referida assembleia geral. A notificação também deverá conter os documentos preparados pela Companhia antes da reunião para dar suporte a qualquer deliberação e a documentação necessária relacionada a tal deliberação bem como qualquer documentação que deverá ser usada para dar suporte às questões a serem discutidas nessa assembleia, conforme aplicável. A notificação poderá ser renunciada por escrito ou pela participação de todos os acionistas. **Art. 20º.** - Independentemente das formalidades referentes à convocação das assembleias gerais previstas acima, será regular a assembleia geral em que todos os acionistas estiverem presentes. **Art. 21º.** - A menos que seja acordado de outro modo pela totalidade dos acionistas, as assembleias gerais deverão ser realizadas na sede da Companhia. Qualquer acionista que não puder participar de uma assembleia geral pessoalmente, por qualquer motivo, poderá participar da assembleia geral por teleconferência ou videoconferência, desde que todas as pessoas que estiverem participando da reunião possam ouvir umas às outras e que constitua pro-motor para participar na assembleia geral pessoalmente, nos termos da LSA. **Art. 22º.** - O quórum para instalação de uma assembleia geral será de mais do que 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, em primeira convocação, e qualquer número, para instalação em segunda convocação, observadas as disposições da LSA e do Acordo de Acionistas da Companhia. **Art. 23º.** - A assembleia geral deliberará, ordinariamente, por maioria de votos dos acionistas presentes. As matérias indicadas abaixo dependerão do voto afirmativo da acionista CCCI IP Participações Ltda., sem prejuízo de quóruns superiores estabelecidos na LSA: (i) qualquer redução de capital; (ii) qualquer aumento de capital com a emissão de novas ações, exceto se realizada na forma prevista no Acordo de Acionistas; (iii) a emissão de novas ações, bônus de subscrição e outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, exceto se realizada na forma prevista no Acordo de Acionistas; (iv) qualquer incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia; (v) qualquer alteração ao Estatuto Social que implique mudança de direção da Companhia; (vi) a aprovação de qualquer plano de outorga de opção de compra de ações, participação nos lucros ou plano de remuneração similar e quaisquer respectivas alterações; (vii) qualquer oferta pública de quaisquer valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (viii) a alteração às características, direitos ou privilégios das ações existentes ou a emissão de ações preferenciais ou outros títulos conversíveis em ações preferenciais; (ix) o resgate, amortização ou recompra para manutenção em tesouraria de ações ou quaisquer títulos conversíveis emitidos pela Companhia; (x) a alteração do dividendo obrigatório estabelecido no Estatuto; (xi) destinação de lucros (inclusive juros sobre capital próprio) de forma diferente da prevista no Plano de Negócios e nos Orçamentos Anuais. Para o disposto neste Estatuto: "Plano de Negócios" significa o plano de negócios da Companhia para o próximo período de 5 (cinco) anos, anualmente atualizado, a ser elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração a cada exercício fiscal; e "Orçamento Anual" significa o orçamento da Companhia de determinado exercício fiscal, a ser elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração em cada exercício fiscal; (xii) a transformação da Companhia em outro tipo societário; (xiii) a eleição, suspensão ou destituição de membros do Conselho de Administração observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xiv) a alteração relevante do objeto social da Companhia (que altere a área de atuação dos Negócios); (xv) a liquidação, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reestruturação financeira, falência ou liquidação; e (xvi) a definição e a alteração da remuneração global e individual dos membros da administração da Companhia. **Art. 24º.** - Caso a participação do acionista André Cunha seja inferior a 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto e superior a 25% (vinte e cinco por cento), as matérias indicadas acima nos itens (i); (v); (vii); (ix); e (xiv) dependerão do voto afirmativo do acionista André Cunha, sem prejuízo de quóruns superiores estabelecidos na LSA. Caso a participação de André Cunha seja inferior a 25% (vinte e cinco por cento) das ações com direito a voto e em outros casos previstos no Acordo de Acionistas da Companhia, as matérias indicadas neste § poderão ser aprovadas sem o voto afirmativo de André Cunha. **IV - Da Administração da Companhia. Art. 10.** - A administração da Companhia será exercida por um conselho de administração ("Conselho de Administração") e por uma diretoria ("Diretoria"), supervisionada pelo Conselho de Administração, na forma da lei aplicável a este Estatuto. **Art. 11.** - Findo o mandato, os conselheiros ou diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura daqueles que os substituíram, nos termos da lei aplicável e deste Estatuto. **Art. 12.** - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) presidente e os demais sem designação específica. O prazo de mandato dos conselheiros será unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Art. 13.** - O Conselho de Administração deverá realizar reuniões ordinárias conforme datas e locais a serem definidos pelo próprio Conselho de Administração na primeira reunião após a eleição anual de seus membros, mas no mínimo uma vez por trimestre durante cada exercício social, e extraordinariamente, quando necessário. No mínimo 5 (cinco) Dias úteis antes de qualquer reunião do Conselho de Administração, a Companhia deverá entregar, a todos os membros do Conselho de Administração, a pauta pertinente e os materiais de suporte; os materiais de suporte relacionados a qualquer reunião extraordinária deverão ser entregues juntamente com a respectiva notificação de convocação. Para o disposto neste Estatuto: "Dia Útil" significa qualquer dia, exceto sábado, domingo ou outro dia em que os bancos comerciais estejam autorizados por Lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo/SP. **Art. 14.** - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por qualquer dos conselheiros. A convocação de convocação deverá ser entregue por (a) e-mail com aviso de entrega, (b) por correio, com aviso de recebimento ou (c) pessoalmente ou por courier, mediante protocolo. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas no mínimo 5 (cinco) Dias úteis antes da data de cada reunião. A notificação de convocação deverá especificar o local, a data e o horário da reunião e deverá informar a pauta da referida reunião. A notificação também deverá conter os documentos preparados pela Companhia antes da reunião para dar suporte a qualquer deliberação e a documentação necessária relacionada a tal deliberação, conforme aplicável. A notificação de convocação poderá ser renunciada por escrito ou quando verificada a participação de todos os conselheiros. **Art. 15.** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas na sede da Companhia. Qualquer conselheiro que não puder participar de uma reunião pessoalmente, por qualquer motivo, poderá participar por teleconferência, videoconferência ou conferência telefônica, desde que todas as pessoas que estiverem participando da reunião possam ouvir umas às outras. Além disso, se qualquer conselheiro não puder participar de uma reunião, pessoalmente ou por teleconferência ou similar, ele poderá, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto, outorgar uma procuração a outro conselheiro nomeado pelo próprio acionista que represente o grupo de acionistas que o elegem ou encaminhar o voto antecipadamente por escrito direcionado ao presidente do Conselho de Administração. **Art. 16.** - O quórum para instalação de uma reunião do Conselho de Administração será de 3 (três) membros para instalação, em primeira convocação, e qualquer número, para instalação em segunda convocação. **Art. 17.** - Com exceção do disposto no Art. 13º acima, as deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pelo voto da maioria dos conselheiros presentes na reunião. **Art. 18.** - Sem prejuízo das matérias previstas na LSA, o Conselho de Administração deliberará, ordinariamente, sobre os seguintes temas: (i) a aprovação e alteração do Plano de Negócios e dos Orçamentos Anuais da Companhia; (ii) qualquer modificação nas políticas tributárias e/ou contábeis referentes a questões financeiras, exceto se requerido por uma lei aplicável ou pelos BR GMP. Para o disposto neste Estatuto: "BR GMP" significa os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; (iii) nomeação ou substituição dos auditores independentes da Companhia; (iv) a aquisição ou a alienação da Companhia de qualquer participação no capital social de outra Pessoa (exceto para fins de investimento passivo), bem como sua participação em qualquer *joint venture* (inclusive por meio da assinatura de contratos de parceria ou acordos similares). Para o disposto neste Estatuto: "Essa" significa a não qual qualquer pessoa natural, parceria, *joint venture*, companhia, fundo, sociedade de responsabilidade limitada, organização despersonalizada ou qualquer outra entidade ou veículo, ainda que não tenha personalidade jurídica; (v) a constituição, compra, alienação, rescisão, liquidação ou dissolução de subsidiárias ou de suas respectivas quotas/ações, bem como a celebração de acordos de acionistas ou sócios em relação às participações detidas pela Companhia; (vi) a contratação de qualquer funcionário cuja remuneração anual seja igual ou superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por ano, antes de tributos; (vii) a renúncia, perdão ou liquidação de qualquer obrigação de terceiro em valor superior a (a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou (b) 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Companhia, o que for maior; (viii) a aprovação de qualquer acordo no âmbito de, ou transação similar para extinguir, qualquer ação judicial envolvendo um valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (ix) a concessão de garantias, fianças ou avais (ou uma série de transações relacionadas à mesma operação) (a) em favor de terceiros, ou (b) que envolva obrigações da própria Companhia, que represente um valor individual ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (x) a contratação de endividamentos de natureza financeira da Companhia, bem como a modificação aos existentes (ou uma série de transações relacionadas no mesmo exercício fiscal) que: (a) não estejam previstas no Plano de Negócios e no Orçamento Anual ou (b) ainda que previstas no Plano de Negócios e no Orçamento Anual, tenham um valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xi) investimentos de capital (CAPEX) (ou uma série de transações relacionadas no mesmo exercício fiscal) que: (a) não estejam previstas no Plano de Negócios e no Orçamento Anual ou (b) ainda que previstas no Plano de Negócios e no Orçamento Anual, tenham um valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (xii) a contratação de quaisquer contratos ou acordos (exceto aqueles de natureza linear que impliquem obrigações para a Companhia em relação a modificação aos existentes (ou uma série de transações relacionadas no mesmo exercício fiscal) que: (a) não estejam previstas no Plano de Negócios e no Orçamento Anual que representem um passivo superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); ou (b) ainda que previstas no Plano de Negócios e no Orçamento Anual, representem um passivo superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (xiii) a celebração de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade que limite ou restrinja a capacidade da Companhia de conduzir seus Negócios; (xiv) a celebração, rescisão, contratação ou alteração de qualquer transação, contrato ou acordo com Partes Relacionadas da Companhia e dos acionistas. Para o disposto neste Estatuto: "Parte Relacionada" significa (i) em relação a uma determinada pessoa jurídica, (a) qualquer outra Pessoa que seja direta ou indiretamente Controlada por tal pessoa, (b) qualquer outra Pessoa em que 10% (dez por cento) ou mais do seu capital social total seja direta, detida ou indiretamente, por tal pessoa, (c) qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, Controle tal pessoa, (d) qualquer Pessoa que seja proprietária, direta ou indiretamente, de 10% (dez por cento) ou mais do capital social total de tal pessoa, (e) qualquer Pessoa, direta ou indiretamente, Controlada pelos sócios Controladores de tal pessoa, (f) qualquer Pessoa em que 10% (dez por cento) ou mais do seu capital social total pertença, direta ou indiretamente, aos Sócios Controladores de tal pessoa, ou (g) os administradores de tal pessoa, bem como os administradores de qualquer Parte Relacionada a tal pessoa; ou (ii) em relação a uma determinada pessoa física, (a) qualquer outra Pessoa que seja, direta ou indiretamente, Controlada por tal pessoa, (b) qualquer outra Pessoa em que 10% (dez por cento) ou mais do seu capital social total pertença, direta ou indiretamente, a tal pessoa, (c) qualquer pessoa física conectada a tal pessoa por vínculo de consanguinidade até o 3º grau ou mais próximo ou afinidade até o 3º grau ou mais próximo, ou (d) (a) esposo(a) ou companheiro(a) de tal pessoa; (xv) a nomeação, eleição ou destituição de qualquer membro da Diretoria da Companhia, a qual deverá, em qualquer caso, observar o disposto no Art. 14º acima e no Acordo de Acionistas; (xvi) a cessão, transferência, oneração, alienação, licenciamento ou disposição a qualquer título, pela Companhia, de qualquer tipo de Propriedade Intelectual de titularidade da Companhia, exceto se realizada no curso normal dos Negócios. Para o disposto neste Estatuto: "Propriedade Intelectual" significa patentes, direitos autorais, marcas (incluindo suas variações e combinações), nomes de comércio, desenhos industriais, emblemas, símbolos, logotipos, títulos e sinais distintivos, sinais de propaganda, métodos, desenhos, projetos, esboços, invenções, patentes, modelos de utilidade, programas de computador, Software e licenças de Software, know-how (incluindo sigilos comerciais) slogans, design de produtos, processos de fabricação, tecnologias, domínios de internet, direito autoral, direito moral, marca de fábrica, fórmula de produto, segredo industrial, pesquisa e desenvolvimento, invenções (sejam elas patenteáveis ou não), aperfeiçoamentos, processos, fórmulas, modelos industriais, desenhos e formulações, diagramas, especificações, tecnologia, metodologias, incluindo todos os direitos, licenças ou pedidos de registro pendentes, para qualquer dos acionistas, e toda informação técnica relacionada, desenhos técnicos, de engenharia ou de fabricação, conhecimento técnico (know-how), documentos, registros, arquivos e outras mídias nas quais os itens acima citados sejam armazenados; (xvii) a tomada dos atos descritos neste Art. 13º e no Art. 9º e/ou a orientação do direito de voto da Companhia (e dos membros por ela apontados para a administração) para tais matérias em suas *joint ventures*, subsidiárias ou que, de qualquer forma, detenham participação ou direito de deter participação; (xviii) a conveniência da realização de uma oferta pública de ações (IPO) pela Companhia, observando o disposto no Acordo de Acionistas; (xix) a adoção, implementação e qualquer alteração nas Políticas de Proteção da Companhia, ficando desde já acordado que a Companhia deverá adotar as Políticas de Proteção apresentadas pelo Carrefour e concidentes com as Políticas de Proteção implementadas pelo Carrefour e suas Afiliadas. Para o disposto neste Estatuto, "Políticas de Proteção" significa as políticas, diretrizes, procedimentos e práticas da Companhia referentes à (i) proteção de dados e privacidade aplicáveis à Companhia, incluindo: (a) as Leis Federais nº 12.695/2014 e 13.709/2018; (b) as leis europeias de proteção de dados, quando aplicáveis; e (ii) uso, armazenamento, transmissão, retenção, processamento e segurança de dados pessoais sujeitos a obrigações de sigilo e (iii) ISO 27001 e demais frameworks aplicáveis em segurança da informação; (xx) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações dentro do capital autorizado, conforme Artigos 5º e 6º deste Estatuto; e (xi) aprovar as outorgas de opção de compra de ações e seus respectivos beneficiários. **Art. 19.** - Todas as matérias indicadas no caput do Art. 13º dependerão de aprovação da unanimidade dos Conselheiros. Caso a acionista CCCI IP Participações Ltda. passe a deter 51% (cinquenta e um por cento) ou mais das ações com direito a voto, apenas as matérias previstas nos itens (ix)(a), (xiv) e (xv), caso as transações não sejam realizadas a valor de mercado, e (xvi) dependerão de aprovação da unanimidade dos Conselheiros. Todas as demais deliberações do Conselho de Administração dependerão da aprovação da maioria dos membros do Conselho de Administração. **Art. 14.** - A Diretoria será composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros ("Diretores"), sendo 1 (um) diretor presidente ("CEO"), 1 (um) diretor financeiro ("CFO") e os demais com a designação que venha a ser designada em suas eleições. O prazo de mandato dos Diretores será unificado de 3 (três) anos para o primeiro mandato e 2 (dois) anos para os mandatos seguintes, sendo permitida a reeleição. **Art. 15.** - Todos os Diretores deverão ser pessoas físicas residentes no Brasil e deverão ser profissionais com qualificação e experiência comprovadas em suas respectivas áreas de responsabilidade. **Art. 16.** - Os Diretores ficam investidos dos poderes para, mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo um deles sempre o CFO. **Art. 17.** - Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão ter prazo de vigência determinado, não superior a 1 (um) ano, sob pena de nulidade, salvo as *ad judicium*, que poderão ter prazo indeterminado. **Art. 22.** - E vedado aos Diretores conceder fiança ou avais ou qualquer outra garantia em nome da Companhia, em operações estranhas aos negócios da Companhia e do objeto social. **Art. 18.** - O Conselho fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto de 3 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, que serão eleitos na assembleia geral que deliberar a sua instalação, sendo os conselheiros escolhidos entre acionistas ou não, brasileiros e residentes no país, com a observância das prescrições legais. **Art. 19.** - Os membros efetivos do conselho fiscal ou os suplentes, em exercícios poderão ser remunerados a ser fixada pela assembleia geral que os eleger, respeitado o mínimo estabelecido no § 3º do Art. 162 da LSA. **Art. 20.** - O mandato do conselho fiscal durará, da assembleia geral que o instalar até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar. **Art. 21.** - O conselho fiscal, quando instalado, terá as atribuições e poderes que lhe são conferidos pela LSA. **V - Exercício Social e Lucros. Art. 17.** - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando proceder-se-á ao levantamento das demonstrações contábeis. **Art. 18.** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda, nos termos do Art. 169 da LSA. **Art. 19.** - O lucro líquido do exercício será aplicado 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, a qual não excederá o equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo ajustado na forma do Art. 202 da LSA, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado para a distribuição do dividendo obrigatório. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no caso previsto no § 1º do Art. 193 da LSA. **Art. 20.** - O saldo do lucro líquido ajustado após a dedução do dividendo obrigatório, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela assembleia geral. **Art. 21.** - A assembleia geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros, podendo deliberar pela distribuição de lucros e pagamento de dividendos proporcional à participação dos acionistas. **Art. 19.** - A Companhia levantará balanços semestrais e, a critério da assembleia geral, poderá levantar balanços em períodos menores. A assembleia geral poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. **Art. 20.** - A assembleia geral, por deliberação da assembleia geral, poderá ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A assembleia geral poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório com base no dividendo líquido, ou com base no dividendo bruto. **Art. 21.** - Os dividendos atribuídos a cada acionista, de acordo com a lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **VI - Dissolução e Liquidação. Art. 21.** - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da assembleia geral, que estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações, que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação. **VII - Solução de Controvérsias. Art. 22.** - Este Estatuto e todas as questões a ele relacionadas serão regidas e interpretadas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Art. 23.** - Os acionistas e a Companhia ("Partes") enviarão seus melhores esforços razoáveis para resolver quaisquer controvérsias ou reivindicações oriundas ou relacionadas a este Contrato. Caso surja uma controvérsia, a Parte que a levantar deverá notificar a outra de sua intenção de buscar uma solução amigável, por meio de negociações de boa-fé, durante um período de 30 (trinta) dias. **Art. 24.** - Se as Partes não chegarem a um consenso dentro do prazo mencionado acima, todas e quaisquer disputas oriundas de, ou relacionadas a, este Estatuto ou sua relação à Companhia deverão ser submetidas à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP ("Câmara Arbitral"), em conformidade com seu regulamento próprio. **Art. 1º.** - Se o regulamento da Câmara Arbitral for silente em qualquer aspecto procedimental, o mesmo deverá ser suplementado pelas provisões gerais da Lei Federal nº 9.307/1996. **Art. 2º.** - O tribunal arbitral terá o poder de resolver toda e qualquer controvérsia relativa à disputa, incluindo questões acessórias, e terá o poder de emitir quaisquer ordens necessárias às Partes, incluindo a concessão de tutela antecipada e ordens interlocutórias anteriores a uma decisão final. **Art. 3º.** - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, que deverão ser tecnicamente aptos e serão indicados de acordo com o procedimento a seguir: (i) a parte demandante, que decidiu convocar a arbitragem, indicará um árbitro; (ii) a parte demandada, contra a qual a arbitragem foi promovida, indicará o segundo árbitro; (iii) o terceiro árbitro, que servirá como presidente, será escolhido pelos dois árbitros indicados pelas partes. Caso alguma das Partes deixe de fazer sua nomeação dentro de 10 (dez) Dias úteis, ou no caso de os árbitros nomeados pela parte não puderem designar o terceiro árbitro, o(s) árbitro(s) cuja nomeação está pendente serão(o) nomeado(s) de acordo com as regras da Câmara Arbitral. **Art. 4º.** - A arbitragem bem como a sentença arbitral será conduzida e proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será conduzido em português. **Art. 5º.** - Os procedimentos da arbitragem e quaisquer documentos e informações divulgados em seu contexto estarão sujeitos a confidencialidade. **Art. 6º.** - A sentença arbitral deverá ser executada no foro competente, conforme a lei aplicável. A sentença arbitral será final e vinculante e as Partes renunciarão a qualquer direito de apelação, e o tribunal arbitral não recorrerá à equidade para resolver a disputa que lhe foi submetida. Uma vez concluído o processo de arbitragem, a parte vencida pagará à outra parte as custas dos procedimentos. Em qualquer caso, as Partes serão responsáveis por seus respectivos custos de assessoria jurídica. **Art. 7º.** - Antes da constituição do tribunal arbitral, qualquer das Partes poderá solicitar medidas cautelares ou antecipações de tutela ao judiciário; qualquer ação deste tipo não deve ser interpretada como uma renúncia ao processo de arbitragem. Após a constituição do tribunal arbitral, as medidas cautelares ou antecipações de tutela serão solicitadas ao tribunal arbitral. Cada Parte mantém o direito de solicitar assistência judicial: (i) para obrigar o procedimento de arbitragem estabelecido neste contrato; (ii) para solicitar medidas cautelares ou antecipações de tutela requiridas antes da constituição do tribunal arbitral; e (iii) para obter qualquer decisão do tribunal arbitral, incluindo a sentença arbitral; (iv) anulação da sentença arbitral, quando permitido por lei; e (v) quando tiver ocorrido inadimplência que permita a uma das Partes iniciar processos de execução judicial de acordo com a legislação brasileira. Caso as Partes solicitem assistência judicial nas circunstâncias previstas acima, terá competência exclusiva o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil. **Art. 25.** - Cada Parte terá o direito de obter assistência razoável na forma de cumprimento específico das obrigações de fazer, não fazer e/ou pagar, uma medida cautelar temporária, uma liminar temporária ou permanente ou qualquer outra medida equitativa que possa estar disponível, de acordo com o disposto nos artigos 497, 536, 515 e seguintes da Lei Federal nº 13.105/2015, conforme alterado ("Código do Processo Civil"). Cada Parte concorda ainda que este Acordo é um título extrajudicial para os fins do Código do Processo Civil. **VIII - Componente Organizacional de Ouvidoria. Art. 26.** - A Companhia terá um componente organizacional de Ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atuando ainda como canal de comunicação da Companhia e os clientes e usuários de seus produtos e serviços. **Art. 27.** - A Ouvidoria será segregada das atividades de negociação de produtos e serviços, da unidade responsável pela gestão de riscos e da unidade executora da atividade de auditoria interna e conformidade. **Art. 27.** - Constituem atribuições da Ouvidoria: a) Prestar atendimentos de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Companhia; b) Atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; c) Informar ao Conselho de Administração da Companhia a respeito das atividades da Ouvidoria; d) Atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; e) Prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; f) Encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; g) Manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e h) Elaborar e encaminhar à auditoria interna e ao Conselho de Administração relatório sobre a atuação da Ouvidoria, bem como a ocorrência de não conformidade com o funcionamento da Ouvidoria, bem como as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Art. 1º.** - O Ouvidor terá acesso às informações para elaboração de respostas adequadas aos reclamantes, apoio administrativo e o direito de solicitar informações e documentos para desempenhar as demais atribuições previstas no presente estatuto. **Art. 2º.** - O atendimento prestado pela Ouvidoria: a) Deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; b) Deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; e c) Pode abranger: (i) excepcionalmente, as demandas não reconhecidas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (ii) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. **Art. 3º.** - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **Art. 28.** - Compete ao Conselho de Administração eleger o Ouvidor e designar o Diretor responsável pela Ouvidoria, sendo permitido ao Diretor responsável pela Ouvidoria desempenhar outras funções na Companhia, com exceção à função de diretor de administração de recursos de terceiros, desde que essas funções não configurem conflito de interesses ou atribuições. **Art. 1º.** - O Ouvidor e o Diretor responsável pela Ouvidoria terão mandatos de 2 (dois) anos cada, sempre coincidentes com o mandato dos demais Diretores, com direito a reeleição. O primeiro mandato do Ouvidor e do Diretor responsável pela Ouvidoria poderá ter prazo inferior ao aqui estabelecido, para coincidir com o mandato dos demais Diretores. **Art. 2º.** - O Ouvidor será designado conforme os seguintes critérios: a) Comprovação de aptidão que deverá ser verificada em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica, a ser realizado nos prazos regulamentares abrangendo temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos; e b) Atendimento às demais exigências que sejam ou venham a ser estabelecidas em normativos do Banco Central do Brasil. **Art. 3º.** - O Ouvidor poderá ser destituído no caso de ausência ou impedimento definitivo, ou a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, a quem caberá indicar novo ocupante para a função. **Art. 4º.** - O Ouvidor deverá atuar com transparência, independência, imparcialidade e isenção, e a Companhia providenciará as condições adequadas para que a atuação do Ouvidor se dê na forma prevista neste estatuto. **Art. 29.** - O Diretor responsável pela Ouvidoria é responsável pela observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, devendo estar ciente de suas obrigações para com os clientes e usuários dos produtos e serviços da Companhia. **Art. 30.** - O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral, relativo às atividades da Ouvidoria, nas datas bases de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante, sendo que referido relatório deverá ser: a) Elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil; b) Revisado pela auditoria interna, a qual deve manifestar-se acerca da qualidade e adequação da estrutura, dos sistemas e dos procedimentos da Ouvidoria, bem como sobre o cumprimento dos demais requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil; e c) Encaminhado ao Banco Central do Brasil, devidamente acompanhado de parecer da auditoria interna e referendado pelo comitê de auditoria, quando existente, e aprovado pelo Conselho de Administração, até sessenta dias da data base ou da ocorrência de fato relevante. **Art. 31.** - A Companhia e os administradores da Companhia devem observar as condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e b) Assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **IX - Disposições Finais. Art. 31.** - Os acionistas, a Companhia e seus administradores deverão observar os termos e condições do Acordo de Acionistas. O presidente das assembleias de acionistas e das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria deverá desconvidar e não computar votos em desacordo com o Acordo de Acionistas. Os acionistas cujos votos estejam de acordo com o Acordo de Acionistas e este Estatuto poderão votar com as ações do acionista que tenha votado de forma contrária ao Acordo de Acionistas e o Estatuto e o seu voto tenha sido desconsiderado, de acordo com o Art. 118, §9º da LSA, se entenderem que tal formalidade é necessária para resolver a questão em atendimento ao disposto no Acordo de Acionistas e este Estatuto. Samuel John James - **Presidente**; Thais Cristina Tendolini e Silva - **Secretária**. JUCESP nº 8.270-25-9 em 07/01/2025.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

